



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A

Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede : Bruxelas

CRISE DO SECTOR LEITEIRO EXIGE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE APOIO POR PARTE DO GOVERNO E DA UNIÃO EUROPEIA

Governo Português deve aplicar medidas previstas na “Resolução” sobre o sector leiteiro recentemente aprovada por unanimidade pela Assembleia da República e deve assumir outras e melhores posições nos Conselhos Agrícolas da UE.

O Sector do Leite e Produtos Lácteos afunda-se numa crise sem precedentes em consequência directa das más políticas agrícolas e de mercados definidas e aplicadas em Portugal e na União Europeia. Assim, corre riscos de desaparecer, a curto prazo, a maioria dos Produtores de Leite que ainda restam.

Os preços do Leite continuam a baixar na Produção e andam agora numa base entre os 20 e os 27 cêntimos por litro (e já ameaçam novas baixas).

Simultaneamente, mantêm-se especulativos os preços de Factores de Produção como as Rações, os Combustíveis e a Electricidade.

A Indústria de Transformação está a acumular “stocks” de Leite (na ordem dos 70 milhões de litros).

As cadeias de grandes superfícies comerciais impõem as suas marcas próprias (marcas brancas) nomeadamente através de Leite importado que algumas vendem ao consumidor a 39 cêntimos o Litro, preço que deixa muitas dúvidas sobre a qualidade do Leite e sobre a transparência dos processos comerciais utilizados.

No contexto, o Governo Português não toma as medidas que se exigem e fica-se pelos paliativos e pela costumada propaganda “dos milhões”.

SIM ! É POSSÍVEL TOMAR MEDIDAS MAIS EFICAZES ! ASSIM O GOVERNO PORTUGUÊS E A UNIÃO EUROPEIA O QUEIRAM...

- Atribuindo uma compensação de 5 cêntimos por litro de leite na Produção (o que também consta da “Resolução” aprovada pela Assembleia da República);
- Combatendo a especulação com os preços das Rações e dos Adubos. Repondo a Ajuda à Electricidade “Verde”; aumentando o subsídio ao Gasóleo Agrícola .

- Fiscalizando severamente as Importações e impedindo as negociatas com os preços através das “marcas próprias” das grandes superfícies comerciais.
- Promovendo a compra dos excedentes da Produção Leiteira e de Produtos Lácteos a preços e em quantidades superiores aos das actuais “intervenções” da União Europeia.
- Promovendo uma “retirada” - compra à Produção - de Bezerros até 4 semanas e das Vacas já fora da Produção Leiteira .
- No plano mais geral, anulando o aumento – de 5% até 2013 – das quotas nacionais dos Estados-Membro da UE, aumentos previstos no chamado “Exame de Saúde” da PAC e que muito já estão a contribuir para os problemas de falta de escoamento da Produção Leiteira Nacional.

CNA está contra as novas baixas de preços à Produção de Leite já anunciadas pelos Compradores.

A CNA declara também que é necessário lançar um amplo movimento com vista à urgente moralização da actuação das direcções da cúpula do Movimento Cooperativo do Sector do Leite e Lacticínios em Portugal, a quem se reclama outras, melhores e mais transparentes opções de gestão no respeito escrupuloso dos princípios fundamentais do cooperativismo.

GOVERNO TAMBÉM JÁ NÃO VAI APLICAR EM 2009 OS DESCONTOS DA “MODULAÇÃO VOLUNTÁRIA” ÀS AJUDAS DIRECTAS

Cedendo mais uma vez aos interesses dos maiores proprietários e da grande indústria do “agro-negócio”, o Ministério da Agricultura e o Governo acabam de anunciar que, tal como aconteceu em 2008, também já não vão aplicar em 2009 a chamada “Modulação Voluntária” às Ajudas Directas em regime de pagamento único, RPU.

A “Modulação Voluntária” – que o Ministro da Agricultura e o Governo tanto propagandearam ir aplicar como forma de corrigir injustiças – permitiria aplicar um desconto anual até 10% (20 milhões de Euros/ano) nessas Ajudas Directas com especial incidência sobre o grupo restrito dos grandes recebedores de ajudas públicas também conhecido por “clube dos ricos”.

A “poupança” total a obter por essa via da “Modulação Voluntária”, estava previsto atingir 103 milhões de Euros até 2013, verba a redistribuir pelo desenvolvimento rural aliás conforme o programado – pelo Governo – no ProDeR, Programa de Desenvolvimento Rural. Assim, o ProDeR vai ficar ainda mais injusto e mais descapitalizado.

Portanto, o Governo mantém as suas opções fundamentais:- sempre submisso e “generoso” quando se trata de beneficiar os maiores recebedores de dinheiros públicos e sempre “avaro” e arrogante quando se trata de apoiar as Explorações Agrícolas Familiares e o Mundo Rural.

Um verdadeiro escândalo, e um crime económico e social.